

REVISTA TÓPICOS

SINISTROS COM VÍTIMAS FATAIS: A INTERVENÇÃO IMEDIATA DA POLÍCIA MILITAR COMO FATOR REDUTOR DE DANOS

DOI: 10.5281/zenodo.16338314

Hélio Freires da Silva Júnior

RESUMO

Este artigo investiga a importância da intervenção imediata da Polícia Militar em sinistros de trânsito com vítimas fatais, destacando sua atuação como fator decisivo na mitigação de danos e na preservação de vidas. Analisa-se o papel do policial militar como primeiro agente público a chegar ao local da ocorrência, com atribuições que vão desde o isolamento da área e sinalização da via até o apoio direto às equipes de atendimento pré-hospitalar. O estudo também discute os aspectos legais e operacionais que regem essa atuação, bem como os desafios enfrentados diante de limitações logísticas e da necessidade de capacitação técnica. A partir da análise de protocolos institucionais e experiências já implementadas no Brasil e no exterior, propõe-se o fortalecimento da integração entre a Polícia Militar, o SAMU, o Corpo de Bombeiros e demais órgãos de emergência. Conclui-se que a resposta rápida e qualificada da PM contribui significativamente para a redução da letalidade, o ordenamento da cena e a eficiência do resgate, consolidando seu papel estratégico na gestão de crises no trânsito.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Palavras-chave: sinistro de trânsito, intervenção policial, vítimas fatais, primeiros socorros, redução de danos.

ABSTRACT

This article investigates the importance of immediate intervention by the Military Police in fatal traffic accidents, highlighting their decisive role in mitigating damage and preserving lives. It analyzes the role of the Military Police officer as the first public agent to arrive at the scene, with responsibilities ranging from cordoning off the area and signaling the road to directly supporting pre-hospital care teams. The study also discusses the legal and operational aspects governing this role, as well as the challenges faced due to logistical limitations and the need for technical training. Based on an analysis of institutional protocols and experiences already implemented in Brazil and abroad, it proposes strengthening the integration between the Military Police, SAMU, the Fire Department, and other emergency agencies. It concludes that the rapid and qualified response of the Military Police contributes significantly to reducing fatalities, organizing the scene, and improving rescue efficiency, consolidating its strategic role in traffic crisis management.

Keywords: traffic accident, police intervention, fatalities, first aid, harm reduction.

1. INTRODUÇÃO

- O aumento expressivo dos sinistros de trânsito com vítimas fatais nas últimas décadas tem se consolidado como um dos maiores desafios para a segurança pública e a mobilidade urbana no Brasil. De acordo com

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

dados do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS), o país figura entre os que mais registram mortes por acidentes viários na América Latina, com taxas alarmantes, especialmente em áreas urbanas de grande circulação.

- Nesse cenário, a atuação da Polícia Militar revela-se essencial como força de pronta-resposta nos momentos iniciais das ocorrências graves. Em muitos casos, os policiais militares são os primeiros agentes públicos a chegar ao local do sinistro, desempenhando um papel estratégico na contenção de riscos, na organização do ambiente e no apoio ao socorro médico. Essa presença precoce pode ser determinante para a preservação da vida, a prevenção de danos secundários e a garantia da fluidez do atendimento emergencial.
- Entretanto, a intervenção imediata da PM enfrenta diversos entraves operacionais, como o tempo-resposta insuficiente em determinadas regiões, a dificuldade de comunicação entre os diferentes órgãos de emergência e a ausência de protocolos padronizados para atuação em sinistros com múltiplas vítimas. Tais lacunas impactam diretamente na eficácia da assistência e na redução da letalidade.
- Diante disso, este artigo tem como objetivo principal demonstrar como a atuação rápida, qualificada e coordenada da Polícia Militar em sinistros com vítimas fatais pode representar um fator decisivo na mitigação de consequências graves. Serão analisados os fundamentos legais, operacionais e logísticos que envolvem esse tipo de atendimento, além de se discutir propostas de integração

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

interinstitucional e capacitação do efetivo como medidas indispensáveis para o fortalecimento da resposta emergencial no trânsito.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A atuação da Polícia Militar em sinistros de trânsito com vítimas fatais deve ser compreendida à luz de conceitos fundamentais do campo da segurança viária e do atendimento pré-hospitalar. Esta seção apresenta os principais elementos teóricos que sustentam a análise do presente artigo, diferenciando os tipos de ocorrências e destacando o papel da primeira resposta no contexto emergencial.

2.1. CONCEITO DE SINISTRO DE TRÂNSITO COM VÍTIMA FATAL

Embora os termos “acidente” e “sinistro” sejam frequentemente utilizados como sinônimos no vocabulário popular, há uma distinção técnica relevante. O termo “acidente” pressupõe um evento imprevisível e inevitável, enquanto “sinistro” é empregado em abordagens mais recentes por órgãos como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Observatório Nacional de Segurança Viária, por reconhecer que a maioria dos eventos viários resulta de falhas humanas previsíveis, comportamentos inseguros ou negligência.

Um sinistro de trânsito com vítima fatal refere-se a qualquer evento ocorrido em vias públicas que envolva pelo menos um veículo automotor e resulte na morte de uma ou mais pessoas, seja no local ou em decorrência das lesões. No Brasil, segundo o DataSUS, mais de 30 mil mortes por sinistros de

REVISTA TÓPICOS

trânsito foram registradas em 2023, sendo o estado do Paraná responsável por uma parcela significativa, especialmente em rodovias e vias urbanas de fluxo intenso.

Entre os tipos mais recorrentes de sinistros fatais destacam-se:

- Atropelamentos, com elevada incidência em áreas urbanas e noturnas;
- Colisões frontais, especialmente em rodovias de mão dupla sem separação física;
- Capotamentos, muitas vezes associados ao excesso de velocidade e perda de controle do veículo.

Esses eventos, além das perdas humanas, causam impacto no sistema de saúde, mobilidade urbana e na sensação de segurança da população.

2.2. PRIMEIRA RESPOSTA NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR (APH)

O atendimento pré-hospitalar (APH) é o conjunto de ações realizadas fora do ambiente hospitalar com o objetivo de preservar vidas e evitar o agravamento de lesões até a chegada ao serviço médico. É dividido em suporte básico à vida, realizado por socorristas e policiais, e suporte avançado, feito por profissionais com formação médica.

A primeira hora após o trauma, conhecida como “golden hour”, é considerada crítica: intervenções rápidas durante esse intervalo podem ser

REVISTA TÓPICOS

decisivas para o prognóstico da vítima. Nesse contexto, o tempo-resposta, ou tempo porta-socorro, é um dos indicadores mais importantes da efetividade do atendimento emergencial.

A Polícia Militar, por estar presente em todo o território estadual e frequentemente ser a primeira a chegar ao local do sinistro, assume um papel essencial:

- Realiza a sinalização e isolamento da área, prevenindo novos acidentes;
- Aciona os serviços de resgate com informações precisas;
- Fornece os primeiros cuidados básicos (se treinada para tal), como controle de hemorragias e suporte ventilatório;
- Auxilia na triagem inicial das vítimas e na organização da cena para facilitar o trabalho do SAMU e Corpo de Bombeiros.

Essa atuação rápida e coordenada, mesmo que anterior ao atendimento médico especializado, é frequentemente decisiva para a redução da letalidade e das sequelas permanentes.

3. PAPEL OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR NO LOCAL DO SINISTRO

A atuação da Polícia Militar no local de um sinistro de trânsito com vítima fatal é pautada por normativos legais e institucionais que definem suas responsabilidades tanto na preservação da ordem pública quanto no apoio ao

REVISTA TÓPICOS

atendimento emergencial. A eficácia dessa atuação depende da agilidade, da clareza dos procedimentos e da articulação com outros órgãos envolvidos no socorro e na investigação.

3.1. ATRIBUIÇÕES LEGAIS DA POLÍCIA MILITAR

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), a Polícia Militar exerce o poder de polícia ostensiva de trânsito nos estados que celebraram convênios com os órgãos executivos de trânsito. Além disso, a Constituição Federal (art. 144) estabelece que a preservação da ordem pública é função precípua das Polícias Militares.

No caso de sinistros com vítimas, a PM tem competência para:

- Preservar o local da ocorrência;
- Controlar o tráfego e garantir a segurança viária;
- Acionar serviços de emergência e prestar os primeiros atendimentos, quando capacitada;
- Registrar a ocorrência e colaborar com a investigação técnica e criminal, quando necessário.

3.2. PRESERVAÇÃO DA CENA E SINALIZAÇÃO DA VIA

A primeira ação ao chegar ao local de um sinistro com vítimas é a preservação da cena, garantindo que evidências sejam mantidas para futura análise pela perícia técnica. Isso inclui a delimitação do espaço, a proteção

REVISTA TÓPICOS

dos vestígios materiais (marcas de frenagem, posicionamento dos veículos, fragmentos) e a orientação de testemunhas.

Simultaneamente, é fundamental a sinalização imediata da via, com o objetivo de alertar os demais condutores, prevenir novos acidentes e reduzir o risco de atropelamentos ou colisões secundárias. Essa medida visa garantir não apenas a segurança dos envolvidos, mas também dos agentes públicos em atuação.

3.3. ISOLAMENTO E CONTROLE DE FLUXO VIÁRIO

Uma das funções centrais da PM em sinistros graves é o controle do tráfego na região, promovendo desvios, bloqueios parciais ou totais e estabelecendo rotas alternativas. Esse controle visa:

- Garantir a fluidez do tráfego no entorno do sinistro;
- Facilitar o acesso dos veículos de resgate, perícia e remoção;
- Proteger a integridade física dos socorristas e policiais.

Essa atividade exige coordenação com os órgãos de trânsito municipais e, em casos de rodovias, com a Polícia Rodoviária Estadual ou Federal.

3.4. APOIO À IDENTIFICAÇÃO DAS VÍTIMAS E ACIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES

Os policiais militares, muitas vezes, são os primeiros a tomar contato com as vítimas — sejam fatais ou gravemente feridas. Quando possível, procedem à

REVISTA TÓPICOS

identificação preliminar, preservando documentos pessoais, sinais de identificação e colhendo informações junto a testemunhas.

A PM também tem papel fundamental no acionamento rápido e preciso de:

- Equipes do SAMU e Corpo de Bombeiros para atendimento e resgate;
- Instituto Médico-Legal (IML), quando houver óbitos;
- Polícia Científica ou Criminalística, para realização da perícia técnica;
- DETRAN ou órgão municipal, caso necessário o apoio para remoção de veículos ou reestabelecimento da sinalização viária.

3.5. COLABORAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Por fim, destaca-se que a atuação eficiente da PM depende diretamente da integração entre instituições. A comunicação via rádio digital, a interoperabilidade de dados e a adoção de protocolos conjuntos são elementos que otimizam a resposta a sinistros de grande gravidade.

A presença ostensiva da Polícia Militar no local de sinistros, associada à capacidade de agir com técnica, empatia e responsabilidade, reforça o papel da corporação não apenas como garantidora da ordem, mas como elemento-chave na cadeia de proteção da vida e na eficiência da resposta emergencial.

4. CASOS E EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS

REVISTA TÓPICOS

A análise de experiências concretas na atuação da Polícia Militar em sinistros com vítimas fatais permite compreender a eficácia de determinados protocolos operacionais e identificar boas práticas que podem ser replicadas ou adaptadas à realidade da Polícia Militar do Paraná (PMPR). Nesta seção, são abordados procedimentos já adotados por batalhões paranaenses, bem como experiências exitosas em outros estados e países, com destaque para a importância da resposta integrada, uso de tecnologias e capacitação contínua do efetivo.

4.1. PROTOCOLOS UTILIZADOS EM BATALHÕES DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Em diversas regiões do estado, unidades operacionais da PMPR já adotam rotinas padronizadas no atendimento a sinistros com múltiplas vítimas, com foco na preservação da vida, controle da cena e acionamento célere dos órgãos especializados.

Por exemplo, em batalhões localizados em áreas urbanas com elevado índice de sinistros — como Curitiba, Londrina, Cascavel e Maringá — há a prática de:

- Deslocamento imediato de viaturas equipadas com cones, lanternas e kits de APH básico;
- Divisão de tarefas entre as guarnições, com uma equipe assumindo a segurança da via e outra prestando apoio direto às vítimas;

REVISTA TÓPICOS

- Comunicação coordenada com o Corpo de Bombeiros e SAMU, via canal direto de rádio criptografado.

Relatórios internos demonstram que, com a aplicação desses protocolos, houve significativa redução no tempo-resposta médio das guarnições até o local da ocorrência, e maior eficácia na estabilização da cena, prevenindo acidentes secundários e garantindo maior fluidez no atendimento pelas equipes de resgate.

4.2. EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS EM OUTROS ESTADOS E PAÍSES

Em âmbito nacional, destacam-se ações adotadas por estados como São Paulo e Minas Gerais, que implementaram centros de comando integrados para gerenciamento em tempo real das ocorrências de trânsito. Em Belo Horizonte, por exemplo, o uso de georreferenciamento em viaturas permite acionar a unidade mais próxima do local do sinistro, reduzindo consideravelmente o tempo de chegada da PM.

No cenário internacional, alguns países apresentam modelos avançados de resposta emergencial, com ênfase na integração tecnológica e treinamento especializado:

- Na Espanha, a Guardia Civil possui módulos de formação contínua em atendimento pré-hospitalar para policiais rodoviários, com protocolos específicos para sinistros com múltiplas vítimas.

REVISTA TÓPICOS

- No Canadá, é comum o uso de GPS embarcado e sistemas de despacho automático que acionam, em uma única plataforma, todos os órgãos envolvidos — polícia, bombeiros e ambulâncias — com informações geográficas e dados da ocorrência em tempo real.
- Em Tóquio, a polícia utiliza câmeras veiculares e drones para avaliar a cena antes mesmo da chegada física, orientando melhor a abordagem das equipes no terreno.

Esses exemplos reforçam a importância do uso inteligente de recursos tecnológicos e da qualificação permanente dos agentes como pilares para melhorar a resposta institucional diante de sinistros graves.

5. BENEFÍCIOS DA ATUAÇÃO IMEDIATA DA POLÍCIA MILITAR

A pronta intervenção da Polícia Militar em sinistros com vítimas fatais representa um diferencial estratégico não apenas para a preservação da vida, mas também para a gestão eficiente da cena da ocorrência e para a promoção da segurança pública de forma mais ampla. A presença imediata e qualificada dos policiais militares oferece múltiplos benefícios, que vão desde impactos diretos sobre os desfechos clínicos das vítimas até o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições estatais.

5.1. REDUÇÃO DA MORTALIDADE E AGRAVAMENTO DE LESÕES

Um dos principais ganhos da atuação imediata da PM está na redução do tempo de resposta, fator diretamente relacionado à taxa de sobrevivência das

REVISTA TÓPICOS

vítimas em casos de traumas graves. A presença policial permite que a via seja rapidamente isolada, que o atendimento pré-hospitalar seja iniciado — mesmo que de forma básica — e que o socorro especializado seja agilizado com informações precisas. Tal dinamismo contribui significativamente para a diminuição da letalidade no local e durante o transporte ao hospital.

5.2. PREVENÇÃO DE DANOS SECUNDÁRIOS E NOVOS ACIDENTES

A organização adequada da cena por parte da Polícia Militar minimiza riscos colaterais, como:

- Incêndios veiculares provocados por vazamentos de combustível;
- Atropelamentos de transeuntes que se aproximam da área;
- Colisões secundárias devido à ausência de sinalização;
- Situações de tumulto popular ou linchamento, especialmente em acidentes com forte comoção social.

A atuação preventiva nesse contexto não apenas evita novas tragédias, como também garante maior segurança para os próprios agentes públicos em serviço.

5.3. OTIMIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO E DA PRODUÇÃO DE PROVAS

REVISTA TÓPICOS

A chegada rápida da PM ao local do sinistro também facilita a preservação da cena para fins periciais e a coleta de informações relevantes, como:

- Identificação de testemunhas oculares ainda presentes;
- Observação da posição final dos veículos, marcas de frenagem, objetos no asfalto;
- Registro fotográfico preliminar que poderá subsidiar a investigação técnica.

Esses elementos são essenciais tanto para a apuração das causas quanto para eventuais responsabilizações civis e penais.

5.4. FORTALECIMENTO DA IMAGEM INSTITUCIONAL

Por fim, a atuação firme, eficiente e empática da Polícia Militar em momentos de crise reforça a legitimidade da instituição perante a sociedade. O cidadão tende a confiar mais em uma força policial que demonstra prontidão, sensibilidade com as vítimas e competência técnica para lidar com situações de emergência. Esse capital institucional é fundamental para o fortalecimento do pacto de confiança entre população e forças de segurança pública.

6. DESAFIOS E PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO

Embora a atuação imediata da Polícia Militar em sinistros com vítimas fatais seja reconhecidamente benéfica, sua plena efetividade depende da superação

REVISTA TÓPICOS

de diversos obstáculos operacionais, estruturais e institucionais. Identificar esses desafios é fundamental para o aprimoramento contínuo da resposta policial, especialmente em cenários de alta complexidade e múltiplas vítimas. A seguir, são abordadas as principais limitações enfrentadas pela corporação e propostas de melhoria que visam qualificar o atendimento emergencial prestado pela PM.

6.1. LIMITAÇÕES LOGÍSTICAS E ESTRUTURAIS

Uma das principais dificuldades enfrentadas por unidades da Polícia Militar em todo o Brasil, inclusive no Paraná, refere-se à escassez de recursos logísticos. Muitas guarnições operam com viaturas em número reduzido ou com manutenção defasada, dificultando o deslocamento célere até o local do sinistro. Além disso, a ausência de equipamentos básicos de atendimento pré-hospitalar, como kits de primeiros socorros, cintas de imobilização e luvas de proteção, compromete a capacidade de intervenção inicial.

O dimensionamento do efetivo também constitui um desafio, sobretudo em regiões de grande extensão territorial ou com elevado número de ocorrências simultâneas. Nessas situações, a agilidade da resposta pode ser comprometida por limitações de pessoal.

6.2. DEFICIÊNCIA NA CAPACITAÇÃO TÉCNICA DO EFETIVO

Outro entrave recorrente diz respeito à falta de capacitação sistemática em primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar (APH) para parte do efetivo. Embora alguns policiais possuam conhecimentos básicos, muitos ainda não

REVISTA TÓPICOS

recebem treinamento contínuo ou atualizado, o que reduz a eficiência e aumenta o risco de atuação inadequada em situações críticas. A ausência de padronização de condutas e a insegurança técnica dos agentes também podem prejudicar a articulação com os profissionais de saúde no local.

6.3. PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO

Diante dos desafios identificados, propõem-se as seguintes medidas para qualificar a resposta da Polícia Militar em sinistros com vítimas fatais:

- Capacitação sistemática em APH para o efetivo operacional: implementação de cursos regulares de suporte básico à vida, com ênfase em situações de múltiplas vítimas, trauma, controle de hemorragias e uso de equipamentos simples de estabilização.
- Integração com plataformas e redes de emergência, como o SAMU 192, por meio de sistemas interoperáveis que permitam comunicação rápida, geolocalização das viaturas e envio de informações técnicas antecipadas às equipes médicas.
- Elaboração de protocolos unificados de atendimento, com base em diretrizes nacionais e internacionais, a serem seguidos por todos os órgãos envolvidos na resposta a sinistros de trânsito. Esses protocolos devem ser praticados em exercícios simulados conjuntos, envolvendo PM, SAMU, Corpo de Bombeiros, Polícia Científica, Guarda Municipal e agentes de trânsito, de forma a treinar o trabalho colaborativo em situações reais.

REVISTA TÓPICOS

- Fortalecimento da infraestrutura logística, com a disponibilização de kits de primeiros socorros em todas as viaturas operacionais e incorporação de equipamentos tecnológicos embarcados, como tablets com acesso a mapas e redes de comunicação integrada.

Ao implementar essas medidas, a Polícia Militar poderá elevar o padrão de excelência no atendimento a sinistros, aumentando a segurança, a eficiência e a confiança da população nos serviços prestados.

7. CONCLUSÃO

A atuação imediata da Polícia Militar em sinistros de trânsito com vítimas fatais revela-se um elemento crucial na mitigação de danos, preservação de vidas e no restabelecimento da ordem pública em situações de alta criticidade. Como demonstrado ao longo deste artigo, a presença célere e coordenada da PM no local do sinistro contribui diretamente para a redução da letalidade, prevenção de acidentes secundários, apoio às equipes de resgate e preservação da cena para fins periciais e investigativos.

No entanto, para que essa intervenção alcance seu pleno potencial, é necessário que a instituição invista em padronização de protocolos operacionais, qualificação contínua do efetivo e integração interinstitucional com os demais órgãos do sistema de emergência e saúde pública. A valorização da primeira resposta prestada pelos policiais militares deve ser reconhecida como componente essencial da segurança viária e da proteção à vida.

REVISTA TÓPICOS

Com base em boas práticas já observadas em batalhões do Paraná e em modelos nacionais e internacionais, a Polícia Militar do Paraná (PMPR) tem plenas condições de consolidar-se como referência em atendimento emergencial a sinistros de trânsito, atuando de forma técnica, ética e comprometida com a excelência no serviço público. O aperfeiçoamento constante dessa atuação representa não apenas um avanço institucional, mas uma resposta concreta às demandas da sociedade por mais segurança, agilidade e sensibilidade no cuidado com a vida humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, 24 set. 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual de Atendimento Pré-Hospitalar – Suporte Básico de Vida*. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

PMPR – Polícia Militar do Paraná. *Procedimentos Operacionais Padrão: Ocorrências de Trânsito com Vítimas*. Curitiba: Diretoria de Pessoal/Corregedoria-Geral, 2022.

DATASUS. *Banco de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)*. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br>. Acesso em: jul. 2025.

DETRAN-PR – Departamento de Trânsito do Paraná. *Relatório Estatístico de Acidentes de Trânsito no Estado do Paraná – 2024*. Curitiba: DETRAN-PR, 2025.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito. *Anuário Estatístico de Trânsito Brasileiro*. Brasília: Ministério dos Transportes, 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Global Status Report on Road Safety 2023*. Geneva: WHO, 2023.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672